

## Imposição e confiança

6. VII. 52 RAUL PILLA

**A**NTOINE PINAY apresentou mais uma vez, à Assembléia Nacional de França, a questão de confiança. E foi já sem a menor comoção que a receberam os deputados, tão repetidos têm sido tais apêlos do chefe do gabinete. Declarou êste: «O governo assumiu o compromisso de apresentar um projeto sôbre a escala móvel dos salários. O compromisso foi satisfeito. Tendes hoje que vos pronunciar sôbre o texto devolvido pelo Conselho da República. Desenha-se uma manobra contra o projeto. Para evitar que nos encontremos em presença do nada, o governo apresenta a questão de confiança para a adoção do texto governamental».

Tudo muito simples e muito claro. O governo assumiu o compromisso de restaurar a situação econômica e financeira do país e o está cumprindo. Para o cumprir integralmente, pede êle certas providências, que reputa indispensáveis. Concorda com elas o Parlamento? Muito bem. Hesita ou recalitra? Pois saiba, então, que terá de prover um novo governo, no caso de recusar o projeto. Discorda, apesar de tudo? Pois assumirá então, perante o país, a responsabilidade da nova situação que se vai criar.

E', como se vê, um regime de plena responsabilidade. Dada a sua complexa composição partidária, nada mais fácil seria à Assembléia Nacional, do que derrubar o governo. A simples rejeição do citado projeto de lei teria êste efeito. Por que não o faz, então? Por que se submete ela aos desejos do governo? Por se achar êste efetivamente apoiado pela opinião pública e estar realmente cumprindo as suas promessas.

Dir-se-á que Pinay está impondo a sua vontade ao Parlamento, mediante estas sucessivas questões de confiança. Não está impondo nada. Ele apenas pergunta: «Quereis que eu continui governando?» E acrescenta: «Se o quereis, dai-me os meios que reputo indispensáveis para governar. Se o não quereis, negai-mos, que logo vos livrarei da minha presença». E, porque Pinay é realmente imprescindível na atual conjuntura, o Parlamento acaba concedendo o que lhe êle pede.

Diversamente sucedem as coisas neste nosso regime presidencial. O Governo quer, porque quer. E nada arrisca querendo, pois inabalável é a sua situação até o fim do mandato. E como nada pode contra a inamovibilidade do governo, a uma luta sem desfêcho possível, prefere o Congresso curvar-se, não à opinião nacional, pouco mais que ineficiente na dinâmica do sistema, mas à vontade do presidente da República.

Aí está a diferença entre as imposições de um presidente do Conselho de Ministros, da França, e as imposições de um presidente da República, no governo do Brasil. Um impõe, porque inspira confiança, e sômente o faz na medida em que a inspira; o outro impõe por sua simples posição constitucional e tanto mais impõe, quanto menos confiança inspira.